



**ACÓRDÃO Nº 248/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 11311/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba – SAAE.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsáveis:** Sr. Cleison Souza D'Oliveira (01/01 a 29/05) e Lucivaldo Bastos Ferreira (29/05 a 31/12), Diretores-Presidentes do SAAE do Município de Iranduba, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 101/2015 (fls. 97/113).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3348/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 114/116).

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba – SAAE. Exercício de 2014.

*Contas irregulares. Revelia. Alcance. Multas. Recomendação à Administração.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregulares a Prestação de Contas do SAAE/Iranduba**, sob a responsabilidade do Sr. **Cleison Souza D'Oliveira** (período de gestão: 01/01/2014 a 29/05/2014), e do Sr. **Lucivaldo Bastos Ferreira** (período de gestão: 29/05/2014 a 31/12/2014), Ordenadores de Despesas, exercício de 2014, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15) e de dano ao erário, irregularidade do item 2.6 do Relatório/Proposta de Voto;

**9.2- Considerar o Sr. Cleison Souza D'Oliveira** (período de gestão: 01/01/2014 a 29/05/2014), e o Sr. **Lucivaldo Bastos Ferreira** (período de gestão: 29/05/2014 a 31/12/2014), ordenadores de despesas do SAAE/Iranduba, exercício de 2014, **revéis**, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 2.423/96;

**9.3- Declarar em alcance o Sr. Cleison Souza D'Oliveira** (período de gestão: 01/01/2014 a 29/05/2014) no valor de **R\$ 359.172,96** (trezentos e cinquenta e



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 248/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

nove mil, cento e setenta e dois reais e noventa e seis centavos), e o Sr. **Lucivaldo Bastos Ferreira** (período de gestão: 29/05/2014 a 31/12/2014), no valor de **R\$ 617.843,77** (seiscentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, conforme a irregularidade discriminada abaixo:

- Inexistência dos comprovantes de gastos do montante arrecadado pelo SAAE em 2014, cujo total correspondeu a R\$ 977.016,73 (novecentos e setenta e sete mil, dezesseis reais e setenta e três centavos), conforme extratos bancários (arrecadação) do exercício apresentados pelo atual gestor por ocasião da auditoria realizada in loco no município (quadro resumo abaixo):

Período de Arrecadação	Responsáveis	Valos R\$
Período de janeiro a maio 2014	Cleison Sousa D'Oliveira	R\$ 359.172,96
Período de junho a dezembro 2014	Lucivaldo Bastos	R\$ 617.843,77
Total		R\$ 977.016,73

**9.4- Aplicar multa aos Senhores Lucivaldo Bastos e Cleison Sousa D'Oliveira, Ordenadores de Despesas do SAAE/Iranduba, exercício de 2014:**

- No valor de **R\$ 32.267,08** (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (itens 2.1, 2.3, 2.4, 2.5, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12 e 2.13 do Relatório/Proposta de Voto);
- No valor de **R\$ 5.480,15** (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos) (1.096,03 x 5 meses) para o Sr. **Cleison Sousa D'Oliveira** (período de gestão: 01/01/2014 a 29/05/2014) e no valor de **R\$ 7.672,21** (sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e vinte e um centavos) (1.096,03 x 7) para o Sr. **Lucivaldo Bastos Ferreira** (período de gestão: 29/05/2014 a 31/12/2014) na forma do inciso II do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados (irregularidade do item 2.2 do Relatório/Proposta de Voto);

Diário Eletrônico do TCE/AM,  
Edição Nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 248/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

- No valor de **R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do art. 54 inciso III da Lei n. 2.423/96 c/c inciso V do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (irregularidade do item 2.6 Relatório/Proposta de Voto);

**9.5- Recomendar a Administração** para que sejam obedecidas as exigências do art. 4º, da Resolução 10/2012-TCE/AM, c/c o parágrafo 1º, art. 15, da Lei Complementar nº 24/2000, no sentido de que não ocorram mais atrasos no envio dos dados informatizados e os demonstrativos contábeis a este Tribunal.

**10- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 23 de março de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 1AE8EAY1-020490C9-57474D13-EF0EBA3A